
Artículos

AGROECOLOGIA E SUCESSÃO GERACIONAL NA AGRICULTURA: NOVAS
POSSIBILIDADES PARA A JUVENTUDE RURAL?



AGROECOLOGÍA Y RELEVO GENERACIONAL EN LA AGRICULTURA: ¿NUEVAS
POSSIBILIDADES PARA LA JUVENTUD RURAL?

AGROECOLOGY AND GENERATIONAL SUCCESSION IN AGRICULTURE: NEW
POSSIBILITIES FOR RURAL YOUTH?

Pollnow, Germano Ehlert; Velleda Caldas, Nádia

Germano Ehlert Pollnow

germano.ep@outlook.com

Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção
Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu
Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Nádia Velleda Caldas

velleda.nadia@gmail.com

Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade
Federal de Pelotas, Brasil

**Estudios Rurales. Publicación del Centro de Estudios
de la Argentina Rural**

Universidad Nacional de Quilmes, Argentina

ISSN: 2250-4001

Periodicidad: Semestral

vol. 11, núm. 22, 2021

estudiosrurales@unq.edu.ar

Recepção: 02 Abril 2020

Aprovação: 18 Setembro 2020

URL: [http://portal.amelica.org/ameli/
jatsRepo/181/1811955006/index.html](http://portal.amelica.org/ameli/jatsRepo/181/1811955006/index.html)

Resumo: A partir de uma revisão bibliográfica, este trabalho busca uma aproximação entre a agroecologia e a sucessão geracional na agricultura familiar. Assim, pode-se empreender que os tradicionais padrões sucessórios da agricultura familiar mencionados na literatura brasileira já não podem mais ser transferidos vis a vis para a atualidade. Neste sentido, o êxodo rural e a falta de jovens interessados pela atividade agrária passam a preocupar diversos setores da sociedade. Considerando a agroecologia como uma dinâmica socioprodutiva distinta da produção convencional, vale questionar: a agroecologia pode ser um importante motivador para a permanência de jovens no rural e na atividade agrária? Esse e outros questionamentos fecham esse trabalho, apontando para novos estudos sobre o tema.

Palavras-chave: agricultura familiar, sucessão familiar, jovens rurais.

Resumen: A partir de una revisión bibliográfica, este trabajo plantea una aproximación entre la agroecología y el relevo generacional en la agricultura familiar. Así, es posible emprender que los tradicionales patrones de relevo en la agricultura familiar mencionados en la literatura brasileña ya no pueden ser transferidos vis a vis para la actualidad. En ese sentido, el éxodo rural y la falta de jóvenes interesados por la actividad agraria pasan a preocupar diversos sectores de la sociedad. Considerando la agroecología como una dinámica socioprodutiva distinta de la producción convencional, vale cuestionar: ¿la agroecología puede ser un importante motivador para la permanencia de jóvenes en el rural y en la actividad agraria? Ese y otros cuestionamientos cierran este trabajo, apuntando para nuevos estudios sobre el tema.

Palabras clave: agricultura familiar, relevo generacional, jóvenes rurales.

Abstract: Based on a bibliographic review, this work proposes an approximation between agroecology and generational succession in family farming. Thus, it is possible to undertake that the traditional patterns of succession in family farming mentioned in Brazilian literature can no longer be transferred vis to vis for today. In this sense, rural exodus and the lack of young

people interested in agricultural activity become concerned about various sectors of society. Considering agroecology as a socio-product dynamic other than conventional production, it is worth questioning: can agroecology be an important motivator for the permanence of young people in rural and agricultural activity? That and other questions close this work, aiming for further studies on the subject. Kew-words: family farming; family succession; rural youth. Introdução

INTRODUÇÃO

Inicialmente, para os propósitos desse artigo, é importante considerar as discussões levadas a cabo mundialmente sobre a crise ecológica, sublinhando a necessidade de construir relações que não estejam alicerçadas no crescimento econômico e no consumismo. Estratégias como a agroecologia, por exemplo, podem representar um ponto nevrálgico nessa construção. Convergindo com essa acepção, a agroecologia representa uma forma de manejo dos recursos naturais baseada em relações sociais coletivas, como alternativa ao atual modelo socioeconômico e como contraponto à lógica do neoliberalismo e da globalização (Sevilla Guzmán, 2002).

Ao considerarmos o inevitável enfrentamento à crise ecológica no planeta, deve-se pensar a diversidade de contextos que precisam estar presentes na pauta dessa agenda. Apenas como exemplo, poder-se-ia citar as diferenças sociais, econômicas e culturais entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Já segunda metade do século passado, Furtado (1974) mencionava que o crescimento econômico dos países do centro (desenvolvidos) vinha sendo causador do empobrecimento dos países periféricos (em desenvolvimento). Nesse sentido, para Martínez-Alier, Pascual, Vivien e Zaccai (2010), é cada vez mais necessário seguir uma agenda comum entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento para uma economia de baixo impacto ecológico.

A agroecologia poderia ser apontada como uma possibilidade para essa agenda comum, pois nos países em desenvolvimento, em grande medida, trata-se de uma estratégia de reprodução social para as famílias agricultoras. Por outro lado, em países desenvolvidos, pode ser considerada um nicho de mercado para produtos de maior qualidade. Nessa perspectiva comparativa, a agroecologia aproxima os conceitos *bien vivir* e decrescimento, construídos respectivamente nos países latino-americanos em desenvolvimento e nos países desenvolvidos.

O objeto desse ensaio recai exatamente sobre a agroecologia, buscando correlacioná-la como alternativa para outra problemática que, em maior ou menor medida, está relacionada com os debates ecológicos: o êxodo rural e a prematura saída de jovens do campo. Assim, o objetivo aqui colocado é estabelecer uma aproximação entre estes debates, refletindo sobre a sucessão geracional na agricultura familiar e considerando a agroecologia e suas possibilidades para a juventude rural como uma forma harmônica entre relações sociais e natureza. Em outras palavras, nos propomos a problematizar a partir do debate agroecológico possíveis vias para favorecer a continuidade de jovens na atividade agrária e as possibilidades de garantir a reprodução social da agricultura familiar marginalizada pela imposição do modelo produtivo do agronegócio. A acepção não é esgotar o assunto, mas sim, provocar o debate e quiçá estimular outros estudos.

A construção desta exposição partiu de uma pesquisa teórica relacionada com as temáticas da economia, economia ambiental e economia ecológica. Para compor a revisão bibliográfica e as discussões aqui apresentadas, foram selecionados principalmente os trabalhos com abordagens que conectam a economia ecológica com o desenvolvimento rural sustentável, com a agroecologia e com a agricultura familiar. Além disso, buscou-se em estudos publicados no Brasil sobre sucessão geracional na agricultura familiar o aporte necessário para o recorte aqui estabelecido.

Além desta introdução, o texto está estruturado em outras quatro seções. A próxima parte discute a agroecologia e suas possibilidades para o rural. A segunda seção busca caracterizar a sucessão geracional na agricultura familiar brasileira. O terceiro apartado estabelece uma aproximação entre a agroecologia e a sucessão geracional na agricultura familiar e, a quarta e última seção, apresenta algumas reflexões sobre as discussões aqui planeadas[1].

A AGROECOLOGIA E SUAS NOVAS POSSIBILIDADES PARA O RURAL

O atual modelo de agricultura globalizada e de produção em escala marginaliza alternativas de inclusão econômica e social de diferentes atores, principalmente – em se tratando do âmbito rural – da agricultura familiar (Niederle e Grisa, 2008). No Brasil, esse processo de exclusão se deu quando o mundo rural passava por diversas mudanças, notadamente no período Pós-Segunda Guerra Mundial, com a implementação da proposta de intensificação da agricultura e sua modernização conservadora (Delgado, 2012). A produção agropecuária passou a ser pautada por alguns produtos chamados de commodities agrícolas, como a soja, o milho, o algodão e a carne. O comércio e os preços desses produtos passaram a ser orientados junto aos mercados internacionais estabelecidos pela lógica da globalização. Para Mazoyer e Roudart (2010, p. 28), em um contexto mundial, foi durante esse período que

mais de 90% dos estabelecimentos agrícolas menos favorecidos tiveram seu desenvolvimento bloqueado e empobreceram em virtude dessa baixa dos preços a tal ponto que, umas após outras, deixaram de existir e alimentaram com mão de obra a indústria e o setor de serviços em expansão.

Em grande medida, a desigualdade que se percebe hoje no meio rural é decorrente desse processo, onde só conseguia prosperar quem possuía capital para investir e se integrar aos processos verticalizados que eram oferecidos pelo Estado via incentivos fiscais e creditícios. Enquanto isso, famílias que não possuíam uma quantidade suficientemente grande de terra ou que não possuíam capital financeiro para investir e viabilizar a produção das commodities agrícolas foram marginalizadas dos processos produtivos então incentivados. Essas famílias foram excluídas da produção e comercialização em escala, vendo-se inviabilizadas financeiramente e obrigadas a deixar a agricultura e/ou o espaço rural, o que veio a caracterizar um processo de êxodo rural e, por consequência, o aumento na taxa de urbanização.

Pode-se ilustrar esse fato com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Na figura 1, percebe-se que, de uma maneira geral, de 1970 a 2010 houve uma progressiva diminuição da população rural e de forma relacionada um progressivo aumento da população urbana[2] (IBGE, 2018). Essa constatação pode ser verificada tanto nos dados nacionais como nos três estados meridionais do país.

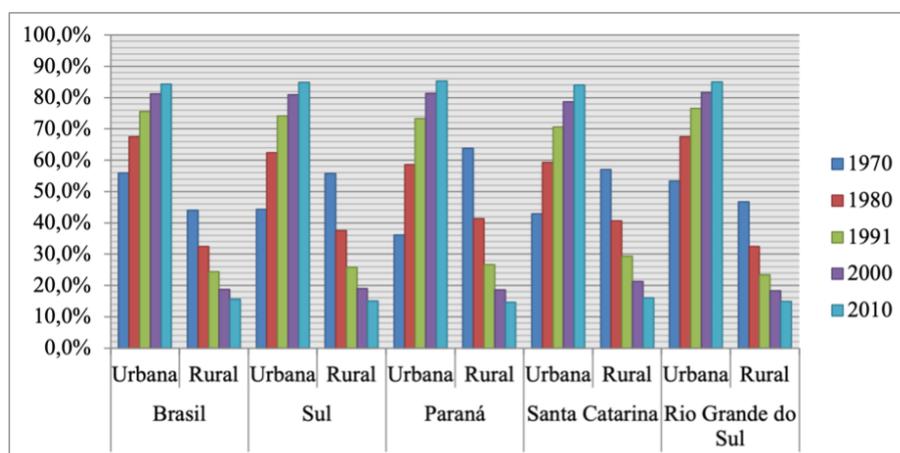


Figura 1.

Evolução da população rural e urbana de 1970 a 2010, no Brasil, na Região Sul, e nos estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. IBGE (2020).

A partir dos problemas sociais, econômicos e ambientais criados com a lógica globalizada e vertical da agricultura intensiva, muitas famílias buscaram estratégias e formas diferenciadas de produção agrária, procurando garantir sua reprodução social. Muitos desses mecanismos foram marginalizados, considerados como um atraso para o meio rural por não incorporarem as tecnologias difundidas pelo processo de modernização da agricultura brasileira, como a adubação sintética, o uso de agrotóxicos e a intensa mecanização. Entretanto, Ploeg et al. (2004) se referem a esses expedientes como paradigmas do desenvolvimento rural, os quais vêm sendo construídos de forma diversificada como reação e como inovação, em contraponto às consequências da modernização agrícola. Para Oliveira e Schneider (2010, p. 150),

Nesse novo paradigma, o desenvolvimento rural passa a ser considerado um processo construído localmente, enraizado na história e na cultura local, e fortemente baseado no retorno à centralidade do trabalho, das potencialidades dos recursos naturais e do conhecimento acumulado pelas famílias.

Nessa esteira, a agroecologia é uma das alternativas a um modelo que vem sendo reiteradamente criticado. Paulus, Muller e Barcellos (2000, p. 1) definem a agroecologia como “um campo de conhecimentos de caráter multidisciplinar que nos oferece princípios e conceitos ecológicos para o manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis”. Para Altieri (2004, p. 18), “trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo”.

Wezel et al. (2009) consideram a agroecologia como ciência, prática e movimento. Para os autores, no Brasil, a agroecologia tem origem como movimento social para uma agricultura mais sustentável, motivando a busca por práticas ecológicas. Para os autores, só mais recentemente que a agroecologia é entendida também como disciplina científica, integrando diferentes áreas do conhecimento.

Nesse contexto, as diferenças entre a agroecologia e a produção convencional são marcantes e estão alicerçadas nas preocupações com a conservação dos recursos naturais e na lógica mercantil, especialmente por conceber a agricultura de forma mais horizontal nas relações tecidas. Trata-se de uma forma consolidada e viável não apenas de produção de alimentos, mas também de organização social e de conservação da biodiversidade, abrangendo diferentes dimensões da sustentabilidade.

Bocato-Franco e Nascimento (2013) concluíram que a agroecologia no Brasil possui elementos para se constituir em um espaço de convergência para uma base comum entre os grupos que defendem uma economia de baixo impacto ecológico. Os autores indicam que “um dos aspectos convergentes entre a agroecologia e o decrescimento é a consideração da necessidade de uma base social para implementar

estratégias de transformação dos padrões de desenvolvimento” (Bocato-Franco e Nascimento, 2013, p. 51). Características como as tecnologias sociais de pequena escala, os circuitos curtos de comercialização, a solidariedade e a reciprocidade são favoráveis à agroecologia e a uma sociedade de baixo impacto ecológico (Carvalho e Bocato-Franco, 2012).

Nessa esteira, a agroecologia pode oferecer novas possibilidades para a população rural, com ênfase, neste caso, para a juventude e seu interesse em seguir na atividade agrária. Assim, considerando-a como um espaço de comércio justo, economicamente viável, com forte tecido social e responsabilidade ambiental, cabe questionar: poderia esta ser um importante motivador à permanência de jovens no meio rural? Alguns estudos já foram desenvolvidos demonstrando que jovens inseridos nessa lógica possuem maior propensão a se tornarem sucessores de seus pais na atividade agrária. Esse aspecto será visto mais adiante, mas antes é preciso discorrer sobre a sucessão geracional na agricultura familiar brasileira.

A SUCESSÃO GERACIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR

Inicialmente, antes de seguir para o foco desta seção, é preciso expor o que aqui se entende por sucessão geracional. Neste estudo, referimo-nos à expressão como o processo de transmissão de bens e direitos dos pais para os filhos e que esses jovens com o passar do tempo continuem a exercer a agricultura como atividade principal de trabalho e renda, ocorrendo gradativamente a retirada das gerações mais velhas da chefia da unidade produtiva familiar.

Há tempos o êxodo rural vem causando preocupação no âmbito acadêmico e político-institucional, especialmente quando se considera a saída prematura de jovens do campo, ocasionando o progressivo envelhecimento da população rural e colocando em cheque o futuro da produção agrária e da ocupação do espaço rural. Se na metade do século passado ter muitos filhos era sinônimo de reprodução social dos estabelecimentos rurais familiares – representando novos braços para trabalhar e mais mão de obra disponível para o desenvolvimento das atividades – hoje isso não é mais verdade. Os tradicionais padrões sucessórios encontrados na literatura já não são mais verificados vis a vis na atualidade.

Para Sacco dos Anjos, Caldas e Costa (2006, p. 6), no debate sobre a sucessão geracional nos estabelecimentos familiares “emergem conflitos dos mais diversos envolvendo a posse de uma terra que invariavelmente é escassa, representando, ainda hoje, o principal ativo do patrimônio familiar”. Stropasolas (2011, p. 27) entende que os principais conflitos intergeracionais estão centrados na

gestão da propriedade centralizado na figura do pai chefe de família; na dificuldade dos pais em aceitar as ideias e as inovações propostas pelos(as) filhos(as); na impossibilidade de os jovens desenvolverem seus próprios projetos e atividades produtivas na propriedade; na pouca participação dos(as) filhos nas tomadas de decisão que afetam a unidade familiar; na falta de autonomia financeira dos filhos e, principalmente, das filhas; na ausência de liberdade ou na pouca mobilidade espacial que é permitida às filhas.

Nesse sentido, pode haver uma diversidade de arranjos adotados pelas famílias para enfrentar o que se conhece por crise de reprodução social, tomando emprestada a expressão de Abramovay et al. (1998), desvelando a forma enigmática como a sucessão geracional e as formas de transmissão de patrimônio se desenham no Brasil e na América Latina em geral (Sacco dos Anjos, Caldas e Costa, 2006). Para esses autores,

Com base no resgate da literatura existente acerca do assunto, poder-se-ia estabelecer duas orientações básicas no que afeta às formas de transmissão do patrimônio fundiário no contexto da agricultura familiar. A primeira delas é o que se denomina herança impartível, enquanto a segunda corresponde à herança partilhada entre todos os herdeiros, sejam eles do gênero masculino e/ou feminino. Entre ambas orientações existiriam formas intermediárias, como no caso das situações em que a subdivisão dá-se exclusivamente entre herdeiros do gênero masculino, excluindo as mulheres de uma participação correspondente na transmissão do patrimônio fundiário. Tradicionalmente o dote ou enxoval personificava o mecanismo compensatório decorrente da exclusão feminina da condição de herdeira da terra. (Sacco dos Anjos, Caldas e Costa, 2006, p. 6)

Em um estudo brasileiro clássico sobre o tema, Seyferth (1985) verificou que a reprodução social da agricultura familiar na região do Vale do Itajaí-Mirim, estado de Santa Catarina, só foi possível graças a estratégias que evitaram o parcelamento excessivo das colônias[3] que os imigrantes, em sua grande maioria de origem alemã, receberam. Para a autora,

A consciência de que a reprodução do grupo camponês só é possível mantendo indivisível a colônia enquanto unidade de produção faz com que sejam acionados esses mecanismos de redução no número de herdeiros – havendo nítida preferência pela ultimogenitura, embora nem sempre o herdeiro seja o filho mais novo. [...] A ultimogenitura tanto é atribuída à tradição de origem dos imigrantes como à própria lógica do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico. (Seyferth, 1985, p. 22)

Assim, a reprodução da agricultura familiar naquela região estava diretamente ligada à herança impartível, que assegurava a condição de agricultor ao menos a um dos herdeiros. A principal estratégia para os filhos que não recebiam a terra como herança era a busca pelo trabalho assalariado ou pela pluriatividade[4], onde a maior parte da colônia de terras ficava com o herdeiro que seguiria como agricultor, sendo geralmente o ultimogênito, ou seja, o filho homem mais novo (Seyferth, 1985). Essa preferência pela ultimogenitura também é conhecida por *minorato*, expressão que para Woortmann (1994) trata-se da instituição pela qual a terra paterna é transferida ao filho mais novo que, em contrapartida, responsabiliza-se por cuidar dos pais durante a velhice. Para Mello et al. (2003), até os anos 1960 a continuidade dos filhos na agricultura era assegurada predominantemente pelas famílias a partir da ultimogenitura ou *minorato*.

Todavia, nas últimas décadas, vêm se verificando mudanças nos padrões sucessórios geracionais na agricultura familiar do sul do Brasil. Nas palavras de Mello et al. (2003, p. 6), “houve uma espécie de implosão dos critérios sucessórios e hereditários tradicionais” da agricultura familiar da região. Para Sacco dos Anjos e Caldas (2003), a masculinização e o envelhecimento da população rural no sul do Brasil e a desagrarização do espaço rural são fenômenos que vêm influenciando esses padrões.

Sobre a masculinização da população rural e sua relação com a sucessão geracional na agricultura familiar, Ferrari, Silvestro, Mello, Testa e Abramovay (2004, p. 238), apontam que incide “o efeito da diferença de gênero, na medida em que as moças expressam um forte desejo de não continuarem a reproduzir o papel de suas mães como parte fundamental da organização social da unidade de produção familiar”. Essa afirmação vai ao encontro dos resultados encontrados por Sacco dos Anjos e Caldas (2003) e Sacco dos Anjos, Caldas e Pollnow (2014), na medida em que esses autores observaram uma diminuição do número de moças no espaço rural da região sul do Brasil ao longo das últimas décadas.

Em outro estudo realizado no estado catarinense por Silvestro, Abramovay, Mello, Dorigon e Baldissera (2001), a investigação revelou que a maior parte dos jovens homens demonstrou vontade de ficar no meio rural e entendiam que seu futuro era mais auspicioso na agricultura. Por outro lado, as moças viam na cidade um futuro mais promissor do que no rural. Para os autores, o que preocupa é que,

Em suma, o processo sucessório na agricultura familiar, não é objeto de planejamento sistemático por parte da família, nem recebe qualquer tipo de atenção ou subsídio vindo de instituições públicas ou representativas. Este quadro é coerente com a falta de preparo educacional dos filhos que vão assumir a propriedade. (Silvestro et al., 2001, p. 100)

Cabe aqui ainda mencionar que, de acordo com referida a pesquisa, o interesse dos jovens em serem agricultores parece aumentar ao passo que as famílias possuem maior renda, demonstrando que há uma forte associação, por parte dos jovens, da pobreza com o futuro profissional (Silvestro et al., 2001). Ferrari et al. (2004, p. 246) observaram que “os filhos das famílias de maior renda encaram a permanência na agricultura como promissora e isso é bem mais nítido entre rapazes do que entre moças”. Também em Santa Catarina, Abramovay, Silvestro, Mello, Dorigon e Baldissera (2001) observaram que mais de dois terços dos rapazes que participaram do estudo desejavam permanecer na agricultura. Já entre as moças entrevistadas, cerca de um terço delas tinham o mesmo desejo. Os autores sublinham que nesse caso, o desejo das moças em permanecerem na agricultura aumentava nitidamente conforme o aumento da renda das famílias. Para os autores, “a aspiração por viver na cidade é tanto maior quanto menos promissor o horizonte de geração de

renda no estabelecimento paterno” (Abramovay et al., 2001, p. 3). Da mesma forma, os autores observaram que a grande parte das famílias incentivava os filhos a permanecerem na agricultura, entretanto, esse incentivo caía na medida em que a renda das famílias era menor.

Sobre relações sociais dos jovens, Abramovay et al. (2001, p. 8) afirmaram que, “a imagem de isolamento associada à vida no meio rural não é apenas um preconceito”. Silvestro et al. (2001) concordaram com a afirmação, ao observar que somente os grupos de jovens da igreja católica se mostraram importantes formas de socialização dos rapazes e moças, enquanto 44% dos jovens das famílias com menor nível de renda viviam num impressionante isolamento social.

Ao que parece, esses fatores de diferentes ordens estão envolvidos na decisão dos jovens em permanecer ou sair do rural e da atividade agrária, causando, conforme já exposto, a preocupação recorrente com o êxodo rural. Para delinear algumas questões que parecem pertinentes com base no recorte aqui estabelecido, na sequência será abordada a possível relação da agroecologia com a sucessão geracional na agricultura familiar.

UMA APROXIMAÇÃO ENTRE A AGROECOLOGIA E A SUCESSÃO GERACIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR

Antes de traçar tal aproximação, é preciso trazer para o cenário de discussão que, para Sacco dos Anjos, Caldas e Costa (2006, p. 18),

Nos estados do Sul do Brasil, o grande divisor de águas das mudanças operadas nos padrões sucessórios na agricultura familiar coincide, indiscutivelmente, com a modernização da agricultura desencadeada a partir da segunda metade dos anos 1960 e de outras transformações a ela associadas.

A agroecologia foi abordada na segunda seção deste trabalho em uma perspectiva estratégica das famílias agricultoras para sua reprodução social a partir dos problemas causados pela intensificação e pela modernização conservadora da agricultura no Brasil. É importante registrar que a agroecologia não é entendida aqui como um sinônimo de atraso, mas como uma ressignificação do rural, podendo enaltecer novas possibilidades para a população rural e sua juventude.

Alguns estudos já foram realizados nesta perspectiva. Wives (2013) observou um alto número de sucessores entre os agricultores agroecológicos da região de Torres, no Litoral Norte gaúcho. De forma semelhante, Oliveira e Schneider (2010) observaram no município de Ipê, Rio Grande do Sul (RS), na Serra Gaúcha, um número maior de jovens – moças e rapazes – nos estabelecimentos da agricultura familiar que trabalham com agroecologia em comparação aos estabelecimentos que não possuem esse diferencial. Isso porque, segundo os autores, as famílias ecologistas possuíam melhores condições de empregar a mão de obra familiar, especialmente o trabalho dos filhos e filhas, podendo assim mantê-los nas unidades produtivas familiares.

Mais recentemente, Vieira, Radomsky e Wives (2017) demonstraram que os jovens que trabalham com um sistema de produção de base ecológica no Litoral Norte do Rio Grande do Sul possuem um maior número de opções no acesso a mercados. Enquanto isso, jovens que trabalham com um sistema de produção convencional estão em sua maioria vinculados intermediadores[5], os quais extraem parte da renda e impõem condições de comercialização nem sempre favoráveis às famílias agricultoras.

Nessa ótica, Altieri (2012) aponta que a dimensão local é fundamental no contexto da agroecologia, onde o foco está centrado na capacidade das comunidades em abastecerem os mercados locais. Esta perspectiva de mercado não está alicerçada em relações financeiras e trocas monetárias, mas sim na mirada dos canais curtos de comercialização, na relação próxima entre produtores e consumidores, no menor custo energético para logística e transporte da produção e, finalmente, quase como uma consequência, no desenvolvimento sustentável e local.

No que tange à organização social, Vieira, Radomsky e Wives (2017) perceberam que os jovens vinculados a sistemas de produção de base ecológica possuem uma maior inserção social em diversos espaços,

caracterizando uma maior rede de relações e um tecido social mais fortalecido e imbricado. Além disso, os autores verificaram que para “os jovens que indicaram alguma forma de inserção em grupos sociais, a participação é uma das formas de se reconhecer enquanto parte da comunidade e dessa forma criar raízes, que dão sentido à sua permanência neste meio” (Vieira, Radmosky e Wives, 2017, p. 14).

Em Ipê (RS), a inserção e organização social das famílias que trabalham com sistemas de produção de base ecológica também foi sublinhada por Oliveira e Schneider (2010). Nas palavras dos autores,

É importante destacar que as famílias e associações não se encontram isoladas em seus processos de transição e nas suas práticas de inserção produtiva. Ao contrário disso, as famílias ecologistas de Ipê estão em constante relação – por meio das práticas de comercialização, das atividades de formação e da constante mobilização em torno de temas pertinentes à proposta agroecológica – com outras famílias de agricultores ecologistas da região serrana e de outras regiões do RS, de Santa Catarina (SC) e do Paraná (PR) [...]. (Oliveira e Schneider, 2010, p. 160)

Assim, podemos acreditar que os jovens inseridos em sistemas de produção de base ecológica valorizam mais a organização e a inserção social, na forma de grupos, associações, cooperativas, redes, etc. Além disso, Oliveira e Schneider (2010, p. 172-173) identificaram uma diversificação de atividades realizadas pelas famílias ecologistas do município. Conforme suas palavras,

entre as famílias ecologistas, há uma diversificação das atividades realizadas, destacando-se, no uso da mão de obra familiar, juntamente com a atividade agrícola, as atividades de agroindustrialização e de comercialização de produtos ecológicos. Isso parece indicar que a inserção na agroecologia e a diversificação de atividades dela decorrente têm gerado um retorno à centralidade do trabalho no que se refere à quantidade requerida, o que cria novas condições para a manutenção de mais pessoas vivendo e trabalhando nas propriedades, inclusive de jovens (novos empregos produtivos no meio rural), e, por conseguinte, novas oportunidades em termos de reprodução social. Indo além da condição atual e buscando saber quais são as perspectivas dos filhos(as) e dos pais em relação à sucessão hereditária das unidades familiares, verificamos que, entre os ecologistas, as possibilidades de sucessão das unidades familiares pelos filhos são maiores, já que em todas as famílias os jovens afirmaram que a unidade familiar já tem herdeiro e que eles desejam ficar na agricultura e no meio rural porque gostam da profissão e porque se sentem valorizados como agricultores. Nesse aspecto, é evidente que, entre os ecologistas, a profissão de agricultor e a vida no meio rural têm assumido um sentido positivo superior àquele manifestado pelos jovens não ecologistas.

Os sistemas de produção de base ecológica são diversificados em sua essência, seja em relação à produção, biodiversidade e conservação dos recursos naturais, seja em relação ao acesso a mercados e relações sociais. Nesse sentido, essas condições supostamente podem favorecer a permanência de jovens meio rural, possibilitando a sucessão geracional nas unidades produtivas familiares.

Por outro lado, essa diversidade de arranjos não pode ser generalizada para sistemas de produção convencional, onde em geral as famílias acessam menos mercados e estão inseridas em um contexto onde o nível de organização social é comparativamente menor. Como já mencionado, frequentemente existe a figura do intermediador, caracterizando reduzidas opções de acesso a mercados e fontes de renda.

Convergindo com essa aceção, Stropasolas (2011, p. 28) entende que,

Outro aspecto que deve ser considerado quando se pretende dar conta da complexidade inerente às dinâmicas sucessórias na agricultura familiar diz respeito às modificações nos processos produtivos resultantes da modernização dos sistemas agroindustriais vinculados a empresas transformadoras e exportadoras de alimentos e matérias-primas. Dentre os principais ramos agroindustriais, citamos a avicultura, a suinocultura, a fumicultura e a fruticultura. Esse fenômeno de integração subordinada repercute especialmente nas famílias de agricultores parceiros das empresas por meio da crescente dependência a regras e exigências mercantis que impõem o aumento da especialização produtiva e do nível de tecnificação com o uso de insumos e equipamentos industriais. [...] Por outro lado, unidades familiares menos dependentes dessas relações verticais, que combinam duas ou mais atividades e procuram adotar modelos produtivos menos exigentes em agroquímicos, tendem a criar condições para um processo de gestão mais participativo. Ao colocarem em funcionamento um conjunto variado de atividades, essas unidades geralmente necessitam da contribuição permanente do trabalho, das habilidades e do conhecimento de todos os membros da família, de modo que qualquer investimento que se pretenda realizar deve ser acordado no núcleo familiar. Os sistemas mais diversificados e, principalmente, aqueles baseados na Agroecologia, favorecem o diálogo no âmbito da família e, especificamente, o acesso dos jovens e mulheres à renda (mensal e até mesmo semanal), ao conhecimento e à participação nos espaços públicos e nas entidades associativas e representativas. (Destaque no original)

Em suma, essas características parecem indicar que sistemas de produção com base na agroecologia podem favorecer a sucessão geracional, enquanto sistemas de produção convencional não oferecem características favoráveis à existência de sucessores no interior das famílias. Mas é importante ressaltar que nesse estudo exploratório, não se tem respostas, mas sim um conjunto de questionamentos sobre esse tema. Essas questões estão expostas a seguir, nas últimas considerações apresentadas nesse trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme já exposto, nesse estudo, parte-se do suposto que as explorações familiares praticantes da agroecologia operam dentro de uma dinâmica distinta das explorações praticantes da agricultura convencional, sobretudo pelas formas de organização social, acesso a mercados e relação com a natureza. O objetivo deste ensaio foi, sem ter a pretensão de esgotar o assunto, estabelecer uma aproximação entre a agroecologia e sucessão geracional na agricultura familiar. Utilizou-se em segundo plano algumas reflexões alicerçadas na economia ecológica também como aporte teórico para o objeto em análise.

A partir dessas premissas básicas e das discussões até aqui aportadas, foram formuladas algumas questões que persistem: existe distinção entre os referidos tipos de estabelecimentos do ponto de vista da sucessão geracional no âmbito das famílias rurais? As explorações praticantes da agroecologia, em função de sua lógica peculiar de funcionamento (maior densidade de relações sociais de caráter associativo, atuação em rede e formas diferenciadas, apenas por citar alguns aspectos), possuem maiores possibilidades de se reproduzirem socialmente no longo prazo e de potencialmente contarem com sucessores no interior das famílias? Ademais, as relações diferenciadas com a natureza, com a biodiversidade e a conservação dos recursos naturais, podem motivar os jovens – homens e mulheres – a permanecerem na atividade agrária?

Finalizamos essa exposição registrando que é necessário aprofundar os elementos e as questões aqui delineadas e, sobretudo, investigar se de fato estas relações são reais ou simplesmente discursivas.

REFERÊNCIAS

- Abramovay, R., Silvestro, M., Cortina, N., Baldissera, I. T., Ferrari, D. e Testa, V. M. (1998). *Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios*. Brasília, Brasil: Unesco, 2. ed.
- Abramovay, R., Silvestro, M. L., Mello, M. A., Dorigon, C. e Baldissera, I. T. (2001). *Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios*. Anais do 39º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER), 2001.
- Altieri, M. (2004). *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre, Brasil: Ed. da UFRGS, 4. ed.
- Altieri, M. A. (2012). Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. *Revista Nera*, 16, 22-32.
- Boccatto-Franco, A. A. e Nascimento, E. P. do. (2013). Decrescimento, agroecologia e economia solidária no Brasil: em busca de convergências. *Revista Iberoamericana de Economía Ecológica*, 21, 43-56.
- Carvalho, I. S. H. e Boccatto-Franco, A. (2012). O papel do campesinato na construção da sociedade do decrescimento. Em P. Léna e E. P. Nascimento (Ed.), *Enfrentando os limites do decrescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade* (pp. 319-334). Rio de Janeiro, Brasil: Garamond.
- Delgado, G. C. (2012). *Do "capital financeiro na agricultura" à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965 - 2012)*. Porto Alegre, Brasil: Ed. da UFRGS.
- Ferrari, D. L., Silvestro, M. L., Mello, M. A., Testa, V. M. e Abramovay, R. (2004). Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir? *Estudos Sociedade e Agricultura*, 12(2), 237-271.
- Furtado, C. (1974). *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro, Brasil: Paz e Terra.
- IBGE (2020). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Tabela 200: População residente, por sexo, situação e grupos de idade*. Recuperado em 02 de fevereiro de 2020 de <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200>.

- Martínez-Alier, J., Pascual, U., Vivien, F.D. e Zaccai, E. (2010) Sustainable de-growth: Mapping the context, criticisms and future prospects of an emergent paradigm. *Ecological economics*, 69(9), 1741-1747.
- Mazoyer, M e Roudart, L. (2010). *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. Brasília; São Paulo, Brasil: NEAD/ MDA; Ed. da UNESP.
- Mello, M. A. de, Abramovay, R., Silvestro, M. L., Dorigon, C., Ferrari, D. L. e Testa, V. M. (2003). Sucessão hereditária e reprodução social na agricultura familiar. *Agricultura em São Paulo*, 50(1), 11-24.
- Niederle, P. A. e Grisa, C. (2008). Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. *Cuadernos Desarrollo Rural*, 5(61), 41-69.
- Oliveira, D e Schneider, S. (2010). O futuro das unidades familiares: uma análise das possibilidades de sucessão hereditária entre os agricultores ecologistas de Ipê (RS). *Novos Cadernos NAEA*, 12(2), 149-174.
- Paulus, G., Muller, A. M. e Barcellos, L. A. R. (2000). *Agroecologia aplicada: práticas e métodos para uma agricultura de base ecológica*. Porto Alegre, Brasil: EMATER/RS.
- Ploeg, J. D. van der, Bouma, J., Rip, A., Rijkenberg, F. H. J., Ventura, F. e Wiskerke, J. S. C. (2004). On Regimes, Novelities, Niches and Co-Produção. Em: J. D. van der Ploeg e J. S. C. Wiskerke (Ed.). *Seeds of transition* (pp. 1-30). Assen, Holanda: Van Gorcum.
- Sacco dos Anjos, F. (1995). *A agricultura familiar em transformação: o caso dos Colonos-Operários de Massaranduba (SC)*. Pelotas, Brasil: UFPel/Editora Universitária.
- Sacco dos Anjos, F. (2003). *Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil*. Pelotas, Brasil: UFPel/Editora Universitária.
- Sacco dos Anjos, F. e Caldas, N. V. (2003) Cambios demográficos em el Brasil meridional: La masculinización, el envejecimiento y la desagrarización de la población rural. *Perspectivas Sociales*, 5(2), 71-111.
- Sacco dos Anjos, F., Caldas, N. V. e Costa, M. R. C. (2006). *Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar*. Anais do 44º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 2006.
- Sacco dos Anjos, F., Caldas, N. V. e Pollnow, G. E. (2014) Menos mulheres, menos jovens, mais incertezas. A transição demográfica no Brasil Rural Meridional. *Extensão Rural*, 21(2), 94-116.
- Sevilla Guzmán, E. (2002). A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, 3(1), 18-28.
- Seyferth, G. (1985). Herança e Estrutura Familiar Camponesa. *Boletim do Museu Nacional*, (52).
- Silvestro, M. L., Abramovay, R., Mello, M. A., Dorigon, C. e Baldissera, I. T. (2001). *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis, Brasil: EPAGRI.
- Stropasolas, V. L. (2011) Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. *Revista Agriculturas*, 8(1), 26-29.
- Vieira, A. C. B., Radomsky, G. F. W. e Wives, D. G. (2017). As estratégias para permanecer no campo e os modos de vida de jovens no litoral norte do rio grande do sul. *Revista Desenvolvimento Social*, 1(20), 17.
- Wezel, A., Bellon, S., Doré, T., Francis, C., Vallod, D. e David, C. (2009) Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. *Agronomy for sustainable development*, 29(4), 503-515.
- Wives, D. G. (2013). *Fatores Influentes na Tomada de Decisão e Organização dos Sistemas de Produção da Base Ecológica da Banana no Litoral Norte do Rio Grande do Sul* (Tesis Doctoral). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Woortmann, E. F. (1994). *Herdeiros parentes e compadres*. Brasília, Brasil: Hucitec/UNB.

NOTAS

- [1] Registramos agradecimentos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de doutorado (processo nº 140392/2018-1) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de doutoramento sanduíche (processo CAPES-PrInt nº 888887.468275/2019-00) no Instituto de Estudios Sociales Avanzados, Consejo Superior de Investigaciones Científicas (IESA/CSIC), Espanha. Sem ambos os apoios, a elaboração do presente trabalho não seria possível.

- [2] É preciso dizer que o aumento progressivo da população urbana no Brasil não reflete apenas o êxodo rural. Evidentemente, existem outros fatores envolvidos nesse processo, mas fogem do espaço que aqui dispomos para discussão. Mas é inegável assumirmos uma diminuição da população rural a partir da década de 1970, como reflexo do processo migratório das pessoas para as cidades.
- [3] Para o entendimento do emprego do termo “colônia”, relevantes são as ponderações que estabelece Sacco dos Anjos (2003, p.110): “No caso específico da Região Sul do Brasil, o termo ‘colônia’ trata-se de uma expressão absolutamente polissêmica. Tanto pode significar uma dimensão agrária (ao redor de 30 hectares), como toda uma região colonizada com imigrantes europeus [...]”.
- [4] Não é objetivo deste estudo aprofundar sobre este conceito, entretanto, destacamos que este termo foi introduzido na literatura científica na década de 90. Até este período as expressões utilizadas eram agricultura a tempo parcial, trabalhador de dupla jornada, colono operário, part-time farming, worker-peasant, multiple job holding, etc. (Sacco dos Anjos, 1995).
- [5] Em muitas regiões, a figura do “intermediador” é conhecida como “atravessador”. Indiferente do termo, esse ator se coloca entre as famílias agricultoras e os canais de comercialização, sendo que as famílias não têm acesso direto ao comércio e à negociação de seus produtos.